



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

Aos 01 dias do mês de março de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 61 e 62, respetivamente de 17 e 22 de fevereiro de 2017;*

3. *Programação da visita da Comissão de Saúde ao Algarve, requerida pelo PSD;*

4. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que, «para obter novos esclarecimentos sobre a situação atualmente existente no INEM», solicita as Audições das seguintes entidades:- Ordem dos Médicos- Ordem dos Enfermeiros- Comissão de Trabalhadores do INEM- Sindicato Técnico de Emergência Hospitalar- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais;*

5. *Outros assuntos.*

10:30 - Audição conjunta, a requerimento do PSD e PS, no âmbito do apoio a pessoas com transtorno de identidade de género, das seguintes entidades:- Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS),- Dr. Décio Ferreira (Hospital de Jesus),- Dr.ª Catarina Soares (Hospital Júlio de Matos).

1. Informações

O Presidente iniciou os trabalhos informando que baixou à Comissão de saúde o Projeto de Lei n.º 418/XIII/2.ª, que regula o acesso à morte medicamente assistida, com conexão à 1.ª Comissão. Trata-se de uma matéria que se enquadra nas competências da 1.ª Comissão, como se verifica pelo seu histórico, pedindo aos Deputados que se pronunciassem. Os Deputados Miguel Santos, Carla Cruz e António Sales referiram que esse assunto sempre foi tratado pela 1.ª Comissão, devendo continuar a sê-lo, sem prejuízo da pronúncia da Comissão de Saúde.

Face ao exposto, o Presidente vai solicitar ao PAR a redistribuição da iniciativa, para que baixe à 1.ª Comissão, como competente, com conexão à Comissão de Saúde.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 61 e 62, respetivamente de 17 e 22 de fevereiro de 2017



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

As atas n.ºs 61 e 62, respetivamente de 17 e 22 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Programação da visita da Comissão de Saúde ao Algarve, requerida pelo PSD

O Presidente leu a proposta de programa do PSD, que pretende reunir com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, com a presença da OM e dos sindicatos, bem como dos médicos que se demitiram, reunir com os dirigentes da ARS do Algarve e visitar o Centro de Medicina Física e de Reabilitação de S. Brás de Alportel e a Universidade.

O Deputado Miguel Santos reconhece que o programa é extenso, mas tem a preocupação de falar com os protagonistas que tocam as diversas problemáticas em termos de cuidados de saúde, estando aberto a sugestões.

O Deputado Luís Graça é de opinião que se devem ouvir os médicos demissionários adjuntos da direção clínica, bem como os que se mantiveram. Seria interessante visitar uma das USF criadas e para perceber qual o impacto que tiveram na diminuição de utentes sem médico de família, reunir com os autarcas algarvios e visitar a Delegação Regional do INEM, que reabriu recentemente.

A Deputada Carla Cruz não se opõe à realização das propostas do PSD e do PS, lembrando que o programa deve ser exequível para que não se corra o risco de não ouvir as pessoas. Deve ser decidido se o programa é para cumprir num ou em dois dias. Considera que é essencial ouvir as estruturas médicas e os cuidados primários de saúde.

O Deputado Moisés Ferreira disse que o BE não se opõe a qualquer proposta porque o imprescindível é esclarecer a situação da saúde no Algarve. Se a opção for só de um dia não se deve fazer mais do que a reunião no CHA e duas visitas.

O Presidente referiu que as propostas em discussão são ambiciosas e implicariam que a reunião no CHA demorasse pouco. O programa poderia ser exequível se a reunião começasse de manhã.

O Deputado Miguel Santos disse aceitar as sugestões de outros GP. Sugeriu que a visita se inicie no dia 20, reunindo ainda durante a tarde com o CHA e as várias estruturas médicas e sindicais e se faça um jantar de trabalho com os autarcas algarvios. No dia seguinte, poder-se-ia visitar uma USF convidando os responsáveis das outras USF, o Centro de Reabilitação de S. Brás de Alportel e a Universidade, regressando a Lisboa quando o programa o permitisse.

O Presidente fez uma síntese do programa da visita ao Algarve para dois dias. Dia 20 faz-se a reunião conjunta no Hospital de Faro com a presença do Conselho de Administração do CHA e os responsáveis da ARS Algarve, da Universidade, da Delegação Regional da OM e de várias estruturas sindicais e o jantar de trabalho com a participação dos Presidentes de Câmara Algarvios



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

e no dia 21 visita-se a Delegação Regional do INEM e o Centro de Reabilitação de S. Brás de Alportel.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que, «para obter novos esclarecimentos sobre a situação atualmente existente no INEM», solicita as Audições das seguintes entidades:- Ordem dos Médicos- Ordem dos Enfermeiros- Comissão de Trabalhadores do INEM- Sindicato Técnico de Emergência Hospitalar- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

O Deputado Miguel Santos apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição de um conjunto de entidades na sequência das informações prestadas pelo Presidente do INEM, que na perspetiva do PSD não foram satisfatórias, pelo que considera pertinente ouvir a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, a Comissão de Trabalhadores do INEM, o Sindicato Técnico de Emergência Hospitalar, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

O Deputado António Sales entende que a audição do INEM foi conclusiva e respondeu a todas as questões. A Instituição está numa fase de reestruturação e precisa de alguma estabilidade e serenidade e não entende o porquê de ouvir este conjunto de entidades.

O Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por maioria, registando-se os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS, estando ausente o PEV.

10:30 - Audição conjunta, a requerimento do PSD e PS, no âmbito do apoio a pessoas com transtorno de identidade de género, das seguintes entidades:- Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS),- Dr. Décio Ferreira (Hospital de Jesus),- Dr.ª Catarina Soares (Hospital Júlio de Matos)

O Presidente agradeceu a presença da Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS), do Dr. Décio Ferreira (Hospital de Jesus), e da Dr.ª Catarina Soares (Hospital Júlio de Matos). Informou que a Dr.ª Zélia Figueiredo não respondeu à convocatória e a URGUS será agendada para nova data.

Os Deputados Miguel Santos, Paulo Trigo Pereira, Sandra Cunha, Rita Rato e Isabel Galriça Neto agradeceram a disponibilidade manifestada pelos presentes para ajudarem com a sua experiência. Lamentaram a ausência da URGUS, esperando que seja marcada nova data.

O Deputado Miguel Santos referiu que em dezembro a Comissão de Saúde recebeu a AMPLOS que deu conta da problemática que os afligia e um dos aspetos centrais prendia-se exatamente



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

com a URGUS, nomeadamente com a resposta do SNS, que é deficitária a vários níveis, nas áreas psicológica e médica, e que adia consultas e tratamentos. Falou de uma enorme assimetria territorial em cuidados médicos especializados, dificuldade de acesso a cirurgias, dizendo que na URGUS não há uma lista de espera específica, mas uma lista geral com a designação de cirurgias plásticas. Há incapacidade do SNS em dar resposta e não faz protocolos com privados que a possam dar, suprimindo essas falhas. Perguntou se têm sido proteladas cirurgias e se a OM tem de dar parecer para que as cirurgias se realizem. Disse que o Parlamento pode fazer recomendações ao Governo para legislar sobre a matéria.

O Deputado Paulo Trigo Pereira esclareceu que tem acompanhado de perto o trabalho da AMPLOS, estando por isso ao corrente do problema. O objeto da audição é perceber qual é a resposta que o SNS, que é dos melhores do mundo, dá a pessoas Trans. Falou especificamente da queixa de um jovem, que teve desenvolvimento, de um utente que desceu a sua posição na lista de espera numa semana, o que é inadmissível. No curto prazo é preciso dar resposta a pessoas concretas e no médio/longo prazo dotar o SNS com formação específica nesta área. Perguntou à IGAS se tem algum protocolo de auditoria com os serviços clínicos e reconheceu que o Relatório da IGAS com as recomendações foi um passo importante. Considera que o SNS é que deve dar resposta a esta problemática e o privado deve ter um papel complementar. Perguntou ao Dr. Décio se a técnica usada é a mais adequada, quantas cirurgias efetuou e qual é o tempo de espera.

A Deputada Sandra Cunha disse que na sequência da auditoria da IGAS à URGUS foi elaborado um relatório com recomendações, perguntando se já foram implementadas. Têm chegado inúmeras queixas ao BE sobre a assimetria regional e sobre os processos na URGUS voltarem ao princípio. Perguntou porque não é possível ter noutros hospitais cirurgias acessórias que possam agilizar os processos e se nas equipas não deveria haver especialistas na área da infância e porque não há formação de outros profissionais. Falou de medidas de bom senso que poderiam ser seguidas, como ter a sensatez de chamar as pessoas nas salas de espera pelos nomes.

A Deputada Rita Rato referiu que esta matéria demonstra que garantir a igualdade pela lei é uma coisa, garantir na prática é outra, porque uma coisa é garantir às pessoas a identidade de género, outra é o seu acompanhamento no SNS. Há dificuldade na prestação de cuidados de saúde a pessoas TRANS e cabe ao Estado criar uma rede de serviços eficaz que responda aos problemas que vão surgindo. Pediu que a IGAS envie o relatório. O Governo já anunciou que pretende alterar a legislação, mas há aspetos essenciais que exigem investimento público. Disse que o PCP continua a acompanhar toda esta matéria com preocupação.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que é fundamental perceber se as pessoas portadoras desta situação estão a ser alvo de discriminação do SNS. Era importante perceber se há ligação entre os Hospitais Universitários de Lisboa, Porto e Coimbra e pela casuística aceita que tenha que se agrupar só num Centro, onde deve ser garantido o acompanhamento dos utentes. Perguntou como é que estas atividades são financiadas, e como podem ser evitadas as dificuldades e obstáculos para que as cirurgias aconteçam. Colocou questões sobre o acompanhamento psicológico, perguntando se está garantida uma estrutura que possa apoiar os que precisam.

O Presidente informou que já houve contacto com a URGUS, pelo que será agendada a sua audição para a próxima reunião.

O Dr. Décio Ferreira distribuiu a cada grupo parlamentar um conjunto de documentos que poderão ser úteis. Fez um pouco de história desde que em 1995 se começaram a fazer cirurgias para a mudança de sexo, porque anteriormente a deontologia da OM não o permitia. No Hospital de Santa Maria utilizavam uma técnica cirúrgica que não lhe agradava, pelo que aprendeu uma técnica nova. Aposentou-se em 2009, mas através de contrato continuou a fazer cirurgias no público até final de 2010 e, a partir daqui, passou a fazer cirurgias só no privado. A URGUS é uma unidade especializada do CHUC, cuja diretora é uma psicóloga, mas que não respondia às necessidades. Houve uma queixa da OM e a IGAS determinou uma investigação, que produziu um relatório com recomendações. O tempo de espera no Hospital de Jesus pode ser de até três semanas, já fez 44 cirurgias, 32 a portugueses e 12 a estrangeiros.

A Dr.ª Catarina Soares referiu que é com profundo alívio e gratidão que está presente na audição e que a sua voz pode ser ouvida num sítio que pode fazer a diferença. As consultas de sexologia foram criadas no Hospital Júlio de Matos, agora Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, sendo algumas de pessoas com disforia do género. De 2000 até 2017 assistiram 302 pessoas com disforia do género, sendo 134 (M para F) e 166 (F para M). E a prevalência de quem procura os serviços é respetivamente de 1 para 12 mil e de 1 para 30 mil. Dos utentes que procuram o Centro Psiquiátrico, cerca de 75% são pessoas com perturbações de identidade de género. O processo tem três fases, a avaliação, o tratamento hormonal e a cirurgia, estando nesta o grande problema porque não têm para onde enviar os doentes. No público apenas existe a URGUS e os utentes não querem ir para lá porque acham que as cirurgias não são bem realizadas e os que são operados lá estão desanimadas. Deve ter enviado 10 utentes para a URGUS que desapareceram do horizonte.

O Dr. Carlos Fernandes, endocrinologista, fez dele as palavras da sua colega. Informou que para fazer a avaliação médica, que é anterior à cirurgia, existe resposta nas três principais cidades do



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

país. Entende que não faz sentido haver vários centros, mas apenas um Centro com condições e onde os médicos ganhem «mão» e inspirem confiança aos utentes.

A Dr.ª Leonor Furtado Inspetora da Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS) fez o enquadramento da Instituição. É um serviço público que depende do Ministério da Saúde, na tutela direta do Ministro. A IGAS atua com base no princípio da independência e da autonomia técnica e, em todas as atividades de saúde do setor público, privado e social, atua de modo próprio, a pedido de qualquer entidade ou de qualquer cidadão que se lhe dirija. A ação da IGAS, no caso da URGUS, foi uma inspeção destinada a verificar a organização e funcionamento do serviço e partiu de uma participação da OM. A ação inspetiva da IGAS não vai apurar o grau de tecnicidade dos atos médicos, mas se foram respeitadas as regras deontológicas. Detetou insuficiências, dificuldades e constrangimentos e fez recomendações que o Centro Hospitalar respeitou de imediato. O Relatório foi disponibilizado à tutela e à OM e contém dados clínicos que são reservados, mas pode disponibilizá-lo à Comissão de Saúde expurgando todos os dados clínicos. Disponibilizou-se para qualquer outra informação adicional.

O Presidente disse que não estava prevista mais nenhuma ronda, mas como a intenção é a de esclarecer, deu a palavra aos Deputados.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Miguel Santos, Paulo Trigo Pereira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelos Drs. Décio Ferreira, Catarina Soares e Leonor Furtado.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da [primeira parte da reunião](#) ser acedida aqui e a videogravação da [audição](#) ser aqui acedida.

Palácio de São Bento, 01 março 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 63/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Paulo Trigo Pereira
Rita Rato
Sandra Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia
Jorge Falcato Simões
Luísa Salgueiro
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fátima Ramos
José Luís Ferreira
Luís Soares